



Anais da Assembléia

Nº 39

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 1981

ANO VI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 35.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1981

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Ezequias Losso e Jurandir Messias.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Túlio Zanchet, Valduga e Wilson Fortes. (40), achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Fiori Luiz, Ailton Cordeiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, David Cheriegate, Del Ciel, Egon Pudell, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Palácios, Pinto Dias, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Waldir Pugliesi e Werner Wanderer. (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procedê a leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Comunico a indicação dos Srs. Deputados: Ailton Cordeiro, Luiz Gabriel Sampaio e Quielse Crisóstomo, que funcionarão como Vice-Líderes da Bancada do Partido Democrático Social nesta Casa.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1981.

a) Erondy Silvério.

Comunicação:

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, comunica a Vossa Excelência, para os devidos fins, que a partir desta data se desliga da bancada do Partido Democrático Social (PDS), e renuncia a todas as comissões para as quais foi designado pelo Deputado Erondy Silvério.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1981.

a) Renato Loures Bueno.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário se faça consignar em Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO JOSÉ DA SILVA CORREIA FARIA, ocorrido na cidade de Alvorada do Sul-Pr.

O extinto era um dos pioneiros da região, onde por sua honestidade e realizações gozava de grande conceito, deixando uma irreparável lacuna entre seus amigos e familiares.

Requer ainda, seja dada ciência à família enlutada, residente naquela cidade na Rua Francisco Palma Cano, 1/s/n.º.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1981.

a) Ruben Valduga.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do doutor Bruno Otto Bergold, ocorrido ontem na cidade de Campo Mourão.

O eminente médico que deixa o nosso convívio foi o fundador do primeiro hospital de Engenheiro Beltrão, onde estava estabelecido até a sua morte. Desempenhou, também, com invulgar brilhantismo a função de Diretor do Hospital Adventista de São Paulo, antiga Casa de Saúde Liberdade.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Associação Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia e à Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1981.

a) Ezequias Losso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de ofício ao Instituto de Terras e Cartografia do Paraná- ITC, solicitando que as áreas remanescentes do Distrito de São Pedro, Município de Toledo, pertencentes ao Estado, sejam vendidas aos pequenos agricultores, aos posseiros ou arrendatários da própria área como também aos agricultores desapropriados pela Itaipu Binacional, buscando assentar o maior número possível de agricultores e em lotes de superfície no máximo de médias propriedades, bem como que sejam facilitadas as aquisições, tanto quanto no preço como condições de pagamento. Solicito envio de cópia à Câmara Municipal de Toledo, à Associação Comercial e Industrial de Toledo.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1981.

a) Nelson Friedrich.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Dr. GILBERTO GERALDO GARBI, digníssimo Presidente da TELEPAR, expediente solicitando providências no sentido de implantar o mais rápido possível, um Posto de Serviço Telefônico, no Distrito de Piquirivaí,

Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1.981.

a) Afônio Cotrim.

JUSTIFICATIVA:

Não obstante a implantação do Posto de Serviço Telefônico na localidade de Piquirivaí, Município de Campo Mourão, já esteja dentro dos planos da TELEPAR, conforme carta-ofício n.º 293/80-P, daquele órgão, a previsão para ativação prevê essa medida apenas no segundo semestre de 1.981, sem precisar data.

Ocorre que a população do Distrito e os Vereadores do Município de Campo Mourão, desejam que a instação do P.S. ocorra ainda neste semestre ou logo no início do segundo semestre, com a prestação imediata de inestimáveis benefícios àquela comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, MD Governador do Estado, de áreas de terras que poderá servir de "área reserva" e opção de compra aos expropriados de Itaipu.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1.981.

a) Gernote Kirinus.

JUSTIFICATIVA:

Entendemos como válida a sugestão apresentada pela direção do ITC registrada no Relatório do Levantamento, que visou apurar preços de terras na região Oeste do Estado, e no qual consta que o impasse atual, entre a Binacional Itaipu e os expropriados da área do futuro reservatório, merece por parte do Governo do Estado as maiores atenções pelas conotações sociais e políticas que atingiu e pela relevância da obra, a qual obedece a prioridades nacionais".

Diante de tal trabalho técnico, ficou caracterizada a necessidade de "uma medida de extrema urgência, qual seja, a constituição de um regulador de mercado, através da compra, por instituições oficiais, de grandes áreas que possam servir tanto ao reassentamento dos proprietários indenizados e sem alternativa de relocação, quanto à regularização do mercado imobiliário regional".

O Presidente do ITC, Dr. Joaquim Severino, voltou a abordar esta mesma necessidade em depoimento perante a Comissão Parlamentar Interpartidária em 23/04/81, quando declarou que "em vista aos problemas registrados, e levando-se em consideração que o preço da terra hoje, é uma variável importante, mas não tão importante quanto será o preço da terra a medida em que a desapropriação está ocorrendo em que por uma questão até mesmo cartesiana, à medida que reduz o número de desapropriados, fica mais elevado o preço da terra, sugerimos que deveriam ser adquiridas áreas, por instituições oficiais, para que pudessem ser adquiridas grandes áreas e lotadas de tal forma que fossem acessíveis aos pequenos produtores".

Diante de tal proposição pelo ITC, órgão do Governo Estadual, esperamos que sua Excelência o Governador Ney Braga, agilize os setores possíveis, no sentido de que tal sugestão se torne realidade, para que se possa solucionar junto ao impasse criado pelas indenizações. Esta aresta que poderá ser mediada através do próprio ITC, e dar condições aos expropriados de opção na compra de áreas de terras para seu próprio reassentamento no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER, o encaminhamento à Secretaria de Educação do presente requerimento, para tomada de providências urgentes contra irregularidades que vêm ocorrendo no Ginásio situado no Distrito de Lovat, Município de Umuarama, porquanto alunos do estabelecimento percorrem distâncias de até 15 (quinze) quilômetros, e verificam que, por ausência contumaz de professores, não são dadas aulas, sendo que estes não comparecem nem mesmo em dias fixados para exames, o que evidencia os graves prejuízos sofridos, há mais de quatro anos, pelos estudantes.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1.981.

a) ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

São tão fortes as razões deste requerimento que se torna desnecessária uma justificativa. No entanto, podemos dizer que a falta continuada de aulas prejudica enormemente os alunos, muitos dos quais são obrigados a percorrer distâncias de até 15 quilômetros para assisti-las. As professoras não comparecem, nem mesmo nos dias marcados para a realização de exames, conforme determinam os regulamentos escolares e as irregularidades vêm se verificando há mais de quatro anos, sem que sejam do conhecimento direto da Secretaria de Educação, ou que tenham sido tomadas as urgentes e necessárias providências.

Como os Srs. Deputados têm interesse no funcionamento normal dos estabelecimentos de ensino do Estado, temos certeza de que o presente requerimento se ajusta aos seus nobres propósitos, e constitui uma forma de colaboração com as autoridades do setor de Educação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Há número legal para continuidade da sessão.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lança-se oficialmente hoje, no Palácio Iguçu, o Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, o PRÓRURAL, o qual em novembro do ano passado nos trouxe a esta tribuna, onde pudemos dissecar todos os seus mais variados aspectos, quer sejam econômicos ou sociais, mas naquela época já dizíamos que o aspecto principal do PRÓRURAL era político, pois, ele iria servir para uma tentativa de garantia das eleições de 1.982, por parte do PDS.

O lançamento em tela se reveste de um verdadeiro banquete, principalmente quando a publicidade oficial já está em plena atividade nas redes de rádio e televisão, gastando-se como prevíamos, o dinheiro público sem o mínimo de consenso, mas apenas para promoção pessoal do Governo do Estado do Paraná, este que apesar do PDS garantir a sua popularidade, tem uma imagem ofuscada pela falta de realizações que beneficiam o povo deste sofrido Estado, que mais uma vez vê sua dívida já imensa aos poucos entrar para as cifras astronômicas.

O Governo do Paraná vai lançar nas regiões do litoral,

Alto e Médio Iguaçu, Alto e Médio Tibagi, Alto da Ribeira e Região Metropolitana de Curitiba, um dinheiro muito caro, conseguido no Banco Mundial, a preços de mercado internacional. São 80 milhões de dólares que, se bem aplicados, levariam a economia paranaense, apesar dos juros e outros serviços que pagaremos por esse empréstimo, além do investimento complementar de perto de 60% com recursos do Estado do Paraná.

Entretanto, Sr. Presidente, esses investimentos que podem parecer insignificantes se comparado com a dívida externa brasileira, a bagatela de hoje de 60 bilhões de dólares, vai custar caro aos paranaenses.

O custo desse investimento sairá como tantos outros que se tem realizado das reservas obtidas justamente com as exportações de alimentos, política que em si mesmo, já exige discussões.

Este, entretanto, não é o total ainda do custo do programa, bem classificados por companheiros como PRÓPRÓDUÇÃO e não PRÓRURAL. Esta jogada do Governo Ney Braga custará nada menos que 218 milhões de dólares. Para que? Diz o Governo que no litoral no Alto da Ribeira, no Alto e Médio Iguaçu e Região Metropolitana de Curitiba, regiões mais atrasadas do Paraná, porque improdutivas, vão aumentar a produção paranaense em significativas cifras. Nos quatro anos de PRÓRURAL, que é o período previsto para a sua duração, aquelas regiões deverão aumentar a sua produção de alimentos de 678 mil toneladas, para um total de 1 milhão e 118 mil toneladas, um aumento, portanto de 64,5%.

Isso trará mudanças?

O Governo do Paraná não tem interesse em mudar as regras do jogo. Os investimentos que jamais serão excessivos em se tratando de voltá-los à produção, permitirão na verdade, que o modelo implantado sem a consulta das bases, voltado para uma economia monetarista, se perpetue. Não se fala em mudar a estrutura fundiária, não se fala em colocar mais gente nos latifúndios e dividi-los.

Esta região, sem grandes bolsões de pobreza e nem de riqueza, na verdade, não representa, não é uma amostragem do Paraná, das unidades produtivas. Apenas 20% estão nas mãos dos pequenos produtores. As prioridades atingidas pelo programa, portanto, serão para valorização do latifúndio ali existente, pelo menos a curto prazo, o que por certo, trará benefícios incomensuráveis, aos apaniguados do Palácio Iguaçu.

Dai, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vimos mais uma vez fazer o nosso protesto da tribuna, para que não se endivide o Estado em benefício de poucos e em detrimento da grande maioria do povo do Paraná e também, em detrimento de outras regiões do Paraná que não serão atendidas pelo projeto em tela.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao Deputado Gilberto Agibert Filho, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
(Lê)

“Na semana que passou, o Ministro da Agricultura, Sr. Amaury Stábile, viajou ao Japão onde lançou bônus do Banco Nacional de Crédito Cooperativo no mercado financeiro nipônico, no valor de dez milhões de dólares, aproximadamente 50 milhões de cruzeiros.

Como em outras solenidades do tipo, o Sr. Ministro elogiou a “alta significação” do ato, que traduziu como de “confiança do empresariado japonês na economia brasileira”. E como também é de praxe nessas ocasiões, o responsável por um dos mais importantes ministérios para a economia

do País e para a sobrevivência dos brasileiros, falou do mar de rosas que é nossa agricultura dizendo que em dois anos, “a produção de grãos para alimentação no Brasil cresceu 32%, passando de quase 42 milhões de toneladas em 1.979 para um total próximo de 55 milhões este ano”.

Um quadro totalmente otimista e alentador que deixa a imagem brasileira bem posicionada no Exterior, mas que não reflete a realidade interna.

Ao mesmo tempo em que o Sr. Ministro Amaury Stábile fazia a prática de um desnecessário ufanismo, agrônomos reunidos em Curitiba, participando do I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, debatiam os problemas brasileiros no setor, com os pés no chão.

As 55 milhões de toneladas que o Paraná produzirá este ano ficou em segundo plano para os técnicos. Convém lembrar que este índice foi levantado pela Secretaria da Agricultura e que, comparado com os dados do Ministério da Agricultura significa que o Paraná será o responsável por toda a produção de grão do País. Ou os demais Estados nada produzirão, ou as informações oficiais estarão incorretas.

Mas, isto é outra história. O que deve nos interessar é a solução dos problemas agrícolas, enquanto os números devem ficar com os chamados “Delfins Boys” que gostam do tema. O que está a nos preocupar de imediato, é a necessidade do Governo demonstrar atenções com o desgaste do solo, procura das técnicas mais adequadas para a agricultura no Brasil e de que melhor maneira a agricultura possa ajudar no combate a inflação, no estabelecimento do equilíbrio na balança de pagamentos e até mesmo a superação da crise energética.

De acordo com uma das conclusões do Encontro de Agricultura, a nossa produção pode vir a obter uma produtividade até seis vezes maior a um custo mais baixo, se observadas as técnicas de manejo racional e adequado do solo.

Para tanto, dizem os técnicos, é preciso devolver à terra as condições para o desenvolvimento das culturas através da chamada “agricultura biológica”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Além do grande uso de defensivos e fertilizantes químicos, convém lembrar que o Paraná conseguiu e a atual safra que está sendo cantada em prosa e verso pelo Governo, com a aplicação de meio milhão de toneladas de produtos agroquímicos que aí estão para contaminar os próprios alimentos e mais os nossos rios.

A agricultura biológica poderia ser o novo caminho para termos uma agricultura mais compatível com as nossas necessidades econômicas e ecológicas.

A produção brasileira está comprometida por uma série de técnicas impróprias, entre elas o uso do arado para virar a terra, o que endurece o solo impedindo a penetração das raízes e possibilitando a erosão.

Este estado de calamidade para o qual caminhamos, pode ser mudado e os custos também diminuídos, com a agricultura biológica, pois melhoradas as condições gerais para o desenvolvimento das plantas, estas absorvem melhor os alimentos e assim produzem muito mais, sem necessidade de quantidades maciças de adubos e defensivos.

Havendo esta preocupação com a agricultura biológica na mente dos técnicos governamentais, o culto de números — representado pela excessiva preocupação com a quantidade produzida — pode ser substituído por um trabalho agrícola que traga mais conforto e dignidade ao povo paranaense.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SECARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos à tribuna, hoje, para levarmos ao conhecimento desta Casa, um dos maiores abusos que se tem visto fazer com o dinheiro público. Um verdadeiro festival com o dinheiro do povo.

O Sr. Secretário de Estado, Saul Raiz, que corre o Estado do Paraná distribuindo cheques às Prefeituras, de maneira ilegal e imoral, ao passar por Apucarana, distribuiu um presente ao município, no valor de dez milhões de cruzeiros.

Ontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Vereador Líder do PMDB na Câmara de Apucarana, Carlos Roberto Scarpelini, fez uma denúncia à imprensa e ao povo do Paraná, de que a Prefeitura Municipal de Apucarana teria repassado o presente de Saul Raiz à Companhia de Desenvolvimento de Apucarana, sociedade de economia mista, em que a Prefeitura detém noventa e oito por cento do poder acionário.

Esta companhia, por sua vez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebeu o dinheiro e o aplicou em "overnights".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma vergonha ver o dinheiro do povo ser aplicado de maneira tão vergonhosa.

Agora, o que é mais vergonhoso é a falta de punição que se dá àquele homem que usa o Poder Público para se enriquecer.

Hoje, o Prefeito nega a existência dessa aplicação, como negou o Presidente da CODAP, como negou o Diretor Administrativo da empresa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos em busca das provas, e acreditamos mesmo com a existência do sigilo bancário, nós iremos, se Deus quiser, trazer essa prova, essa aplicação indevida a esta Casa, e levá-la a todo o Paraná.

É necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Sr. Saul Raiz, que o Sr. Governador do Estado, tenham e exerçam com dignidade o cargo que eles possuem, no momento, transitório, porque o povo não pode ficar relegado abaixo dos interesses financeiros de grupos, abaixo de interesses que só buscam a denegrir a imagem dos governantes e da classe política; homens que não têm outro objetivo senão o bem-estar próprio, enquanto o povo está amargurado nas ruas, de cabeça baixa, eles estão aplicando o dinheiro do povo em "overnights", Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já batemos no BRADESCO, atrás de provas documentais para reforçar ainda mais as denúncias que aqui, agora, trazemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fideleino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ao longo da nossa trajetória nesta Casa, temos nos preocupado assiduamente com o problema relacionado ao Quadro Funcional do Estado do Paraná.

O que temos visto, Sr. Presidente, é que há uma grande evasão de funcionários públicos que desertam das funções estatutárias, a busca de novas fronteiras na iniciativa privada.

E assistimos, recentemente, ou melhor, no final do ano passado, um problema sério envolvendo a Polícia Militar do Estado do Paraná. E nas pesquisas, nos contatos que temos mantido com vários componentes da Corporação Militar do Paraná, percebemos que, normalmente, quando há concurso de preenchimento de vagas na Polícia Civil, parcela considerável de policiais militares, desde soldados a graduados, buscam a realização do concurso para se transferirem da Polícia Militar para a Polícia Civil.

E o que nos chamou a atenção foi exatamente qual a causa geradora dessa transferência de interesse da Polícia Militar para a Civil. É sabido que a sociedade não morre de amores pelas polícias, seja ela Militar, seja ela Civil. E o quadro de

insegurança que vive a sociedade brasileira bem atesta a distância que existe entre o povo e o Governo, e principalmente entre a sociedade civil e a polícia, ao Serviço de Segurança como um todo.

Agora, a dúvida que nos causou apreensão, nos moveu também a fazermos essa pesquisa da razão da Polícia Militar estar procurando o ingresso na Polícia Civil, deixando a Corporação Militar.

E o quadro é assustador. Enquanto na Polícia Militar especialmente aquela Polícia dotada de curso de especialização, através da Academia que corresponde a uma escola superior, que se exige o Segundo Ciclo completo, mais um vestibular para nela ingressar, na Polícia Civil a exigência é muito menor. Além do vestibular, exige-se o Curso de Preparação de Oficiais da Polícia Militar, com frequência de 3 (três) anos de especialização. E ainda mais, praticamente, o estudante fica confinado nas dependências da escola, e sujeito a rigorosa legislação.

E a diferença que existe é o tratamento da remuneração entre a Polícia Civil e a Polícia Militar, entre a Polícia Militar e outras categorias de funcionários públicos de nível superior.

O Governo precisa com urgência, fazer um exame desta situação para evitar a evasão de homens capacitados, de homens qualificados para que a Polícia Militar continue este grande mister de sustentar a segurança pública do Estado do Paraná.

Voltarei, Sr. Presidente, numa outra oportunidade, quem sabe até no Grande Expediente, para tratar com especificidade esse assunto de momentoso interesse da comunidade paranaense.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso, inscrito.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna em virtude da denúncia formulada pelo Deputado Scarpelini, contra o Sr. Secretário Saul Raiz. São palavras do Deputado que entendi a sua colocação correta, do ponto de vista político e o faz muito bem o Deputado quando zela pela aplicação do dinheiro do povo e fiscaliza essa aplicação e entendo ser esta a função primordial da Oposição, e o fez muito bem.

O que nós não concordamos com o Deputado Scarpelini e a nossa presença aqui é que estamos assistindo, o Paraná está assistindo na pessoa de Saul Raiz, um homem extraordinariamente dinâmico, empreendedor, capaz, experiente. O que ele está fazendo, Sr. Presidente e o Paraná o sabe, é, correndo o Paraná, município por município, conhecendo as dificuldades e as carências de cada um deles, para, na medida das possibilidades econômicas do Estado, atender as reivindicações das comunidades.

Empregou o Sr. Secretário Saul Raiz nessa Secretaria recentemente criada, dinamismo desconhecido. Nós temos acompanhado alguns Prefeitos a Sua Excelência e temos visto e assistido com que urgência, com que facilidade, com que dinamismo e simplicidade, as coisas lá caminham. Os prefeitos, assessorados ou não, levam as suas reivindicações escritas. Apresentam uma aplicação de obras, um plano de aplicação de recursos, discutem com o Sr. Secretário e lá ele estabelece os valores, porque inclusive, ele tem noção dos valores das obras públicas que devem ser realizadas no Paraná. Estamos vendo não só a presença dos prefeitos nos municípios como a presença depois da Secretaria lá nas comunidades, cumprindo todos os compromissos aqui em Curitiba assumidos, e o Paraná assiste, repito, feliz a presença dessa Secretaria, tendo à sua frente, um homem tão dinâmico como Saul Raiz.

Portanto, louvo a presença de Vossa Excelência na tribuna como membro da Oposição, quando cuida da aplicação, do zelo, do recurso que é do povo, mas quero registrar, que se

alguma responsabilidade há e deve ser examinada, é de quem aplicou. Se houve aplicação, se houve desvio de aplicação de recurso, se a sua destinação não foi correta, deve alguém ser responsável. Não Saul Raiz, porque levar dez milhões de cruzeiros para Apucarana aplicar em obras em favor do seu povo, não é crime algum. É isto que Saul Raiz está fazendo, procurando atender principalmente os serviços prioritários do Paraná.

Por isso, Srs. Deputados, disso nós sabemos, Saul Raiz tem empreendido um trabalho dinâmico no Estado, que pode ser seguido pelos Senhores, outros Secretários que, inclusive, nos animam, nos estimulam, a levar aos prefeitos e vereadores suas reivindicações, todas elas na sua Secretaria. E temos assistido, repito, a atenção, o devotamento que merece o povo do interior.

Repito, graças a Deus, temos Saul Raiz nessa Secretaria que cuida de todas as coisas do interior do Paraná. Levou dez milhões para Apucarana, felicito Apucarana. Acredito que não serão apenas esses dez milhões, outros recursos estarão sendo encaminhados para Apucarana, a exemplo de todo o Estado do Paraná.

É uma determinação do Sr. Governador do Estado, que assim seja feito. Mas repito, que se algum mal há, se a aplicação do recurso foi desviada do seu destino, alguém deve ser responsável, menos o Sr. Secretário.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado, Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois que se iniciou o processo de abertura, posso estar enganado mas, parece-me que faltam apenas duas categorias sociais a não entrarem em greve. Os banqueiros e os militares das Forças Armadas. Porque os militares das polícias dos Estados, nós sabemos de que praticamente em todos os Estados já estiveram em greve. A última categoria a entrar em greve foi a dos médicos e decididamente, num País como o Brasil, quando se visita qualquer cidade, qualquer localidade e de plano, se percebe que a melhor casa, que a melhor estrutura econômica para ganhar dinheiro hoje, ainda é a do médico, nós ficamos a pensar o que acontece neste “gigante Brasil” neste “País que vai para a frente”.

Os médicos vieram a esta Casa, através do seu sindicato fazendo uma série de reivindicações. E, entre elas no seu memorial, está uma colocação muito importante a respeito da Central de Medicamentos. Dizem os médicos:—

Nos causa uma preocupação crescente, o fato de que é cada vez maior o número de pessoas que não possuem meios para comprar os medicamentos necessários ao seu tratamento ambulatorial. Todos sabemos dos preços atuais dos medicamentos, subindo os mesmos sempre. É nossa postura, que o INAMPS assuma efetivamente, o fornecimento de medicamentos subsidiados ou não, total ou parcialmente, ao menos para a população mais carente, que representa aproximadamente noventa por cento da classe assalariada deste País.

Estamos perfeitamente cientes, de que não existe atualmente, meios para a total fabricação dos sais básicos para os nossos medicamentos, mas estamos também cientes, de que se nunca dermos o primeiro passo, dificilmente chegaremos à auto-suficiência.

Ora, Sr. Presidente. O preço dos medicamentos no Brasil, é verdadeiramente proibitivo para os assalariados.

A Previdência fornece a receita, mas nós Deputados somos testemunhas oculares, dos que chegam com receita em nossos gabinetes, dizendo não possuírem dinheiro para comprar medicamentos.

E a pergunta que se quer fazer e a pergunta que se preten-

de responder, e esse é o motivo do nosso pronunciamento é por que os medicamentos são tão caros? O que é que encarece o custo do medicamento? Quem está ganhando dinheiro, neste Brasil, com remédios?

Srs. Deputados, no Congresso Nacional, uma Comissão Parlamentar de Inquérito apurou os assuntos relacionados à indústria farmacêutica brasileira, e isto chocou, ou dizendo melhor, chocaria verdadeiramente a opinião pública, se ela fosse informada; se a televisão desse um centésimo do espaço que dá para fazer publicidade de medicamentos, que propiciam a auto-medicação, que induzem a pessoa a se auto-mediciar, ou seja, num simples mecanismo de ganhar dinheiro, através do remédio, explorando a saúde pública, se se tivesse a possibilidade de usar a televisão em apenas um centésimo do que se usa para propaganda dos remédios, tenho a impressão de que a revolta seria tão grande no meio dos brasileiros, que talvez nós tivéssemos a primeira tomada de posição para derrubarmos esse sistema capitalista e explorador do capital estrangeiro que está sufocando verdadeiramente esta Nação.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, peço escusas de, assim no início, pedir um aparte, mas quando Vossa Excelência falou das greves, principalmente a recente greve dos médicos, e como Vossa Excelência vai abordar a questão da saúde, principalmente na área dos medicamentos, eu gostaria de só ilustrar, lembrando uma notícia de jornal veiculada na imprensa de hoje, em que o INANPS procura responsabilizar médicos grevistas pela morte de duas crianças que morreram, e realmente acredito que deva fazê-lo.

Acredito que, se houve crime de omissão, de socorro, deve ser apurado, está em pleno direito de ser apurado.

No entanto, gostaria inclusive desejo com certa ansiedade, que estes crimes de omissão, de socorro, seja ampliado não o crime, mas a sua punição, porque ele está presente nas filas do próprio INPS; ele está presente no preço dos remédios, ele está presente nas 500.000 crianças que morrem por ano, em nosso País, pela simples fome.

Colocar os remédios a um preço tão elevado, que fique longe do alcance das classes populares é a pior omissão de socorro que possa acontecer.

E essa omissão de socorro é praticada diariamente pelo regime que aí está e é praticada também pelos próprios órgãos do INPS.

Obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Aceito com bom grado a colocação de Vossa Excelência, porque mostra uma coisa muito importante: o Governo aparece para punir quando lhe é apenas no seu interesse, ou seja, para amedrontar uma greve, o Governo aparece dizendo que vai punir o caso de duas mortes. Mas, o noticiário está cheio, neste Brasil inteiro, que diariamente ocorrem casos como aquele, e o Governo só se pronuncia, só diz que vai punir quando, na realidade, coincide com uma greve.

Porque o objetivo não é apurar, na realidade, a omissão médica, mas é manter essa omissão como verdadeira chantagem legal para impedir os médicos de exercerem os seus direitos políticos. (Lê):

“Se a maioria dos medicamentos fosse atirada ao mar, que ventura para a humanidade e que desgraça para os peixes”.

WILLIAM OSLER

O deapauramento físico do brasileiro também já é, dentre tantas tristes realidades, um prenúncio da negra sorte que o espreita.

A insuficiência e a qualidade duvidosa dos alimentos

consumidos pela população, são os maiores responsáveis pelo seu flagrante raquitismo e pela perda de sua vitalidade.

A panacéia química esparramada a grosso modo e descriptivamente sobre os campos de produção, está transformando o que naturalmente sempre serviu para a preservação da espécie, não raras vezes, em arma genocida.

Se não devasta como o agente laranja, mina o organismo de forma gradual, não lenta, irreversível porém.

E DEVASTA, COMO NÃO?

A imprensa já registrou desaparecimentos parciais ou de famílias inteiras, vitimadas pela ingestão ou aspiração de substâncias para aplicação lavoureira.

ENFIM, O CALABOUÇO ESTÁ ARMADO!

TERRA, ÁGUA E AR ENVENENADOS!

Atrás deste quadro todo, intocável e impune, está o espectro do dedo alienígena.

Os fabricantes desses produtos químicos são friamente insensíveis às consequências dessa comercialização criminosa e indiscriminada. Eis que lhes movem apenas o interesse por largos e rápidos lucros.

Convictamente entendo haver uma mancomunação dirigida pela ganância das empresas multinacionais.

Esta convicção nasce da observação simples de que, forçosamente, quanto mais fraco e susceptível à moléstias se encontra o povo, maior sua dependência de produtos farmacêuticos.

Visto está que os grandes laboratórios que industrializam os elementos de correção e de deficiência orgânica do solo e dos herbicidas, também são industrializantes de remédios.

Daí, o raciocínio torna-se muito simples: ENVENENADO-SE O QUE VAI À MESA DE UMA FAMÍLIA, OBRIGANDO-A A RECORRER A PRODUTOS FARMACÊUTICOS.

Prova disto é a escassez cada vez mais acentuada de leitos hospitalares, o célere aumento da mortalidade infantil, o crescimento do número de deficientes físicos, além do recrudescimento de doenças mentais e nervosas.

Enquanto isto, no País continua a venda desregrada e impune de produtos condenados pelas suas próprias origens. Aliás, a esse respeito, o Governo brasileiro, comparsa submisso desse processo entreguista, faz vista grossa à longa lista de medicamentos execrados pela Organização Mundial da Saúde.

QUE SE DANE O POVO! Deve pensar.

Partindo do que já foi dito, é fácil concluir que as indústrias estrangeiras monopolizadoras do comércio farmacêutico no Brasil, não se intimidam em, de forma descarada até, valendo-se dos meios mais vergonhosos, COMPROMETER ATÉ A PRÓPRIA SAÚDE DO POVO BRASILEIRO!

O Sr. Mário Celso — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado, gostaria só de aduzir, complementando com um pensamento do próprio jornalista Flávio Campana que, no dia 6 de março de 1979, fez uma matéria para a "Gazeta do Povo", e ali ele colocou, de maneira muito precisa o seu pensamento sobre a indústria de medicamentos. Ele cita que ao lado desse sistema médico-hospitalar, visceja uma indústria farmacêutica que age com desenvoltura, sem qualquer barreira, retirando os lucros fartos da doença e no Brasil, 69 empresas internacionais americanas e européias, dominam noventa e sete por cento do setor. Noventa e sete por cento das indústrias farmacêuticas são estrangeiras. Nos últimos 16 anos, 49 laboratórios brasileiros foram incorporados por capitais estrangeiros. Então, além de engordar o mercado com drogas desnecessárias, essas indústrias fornecem ao mercado remédios inadequados ao quadro das doenças brasileira. Por não integrarem grupos de doenças muito comuns no Brasil não tem merecido qualquer atenção dessas indústrias.

Então, é prática comum no País, a venda de produtos farmacêuticos proibidos em outros países, principalmente

nos Estados Unidos.

Esses fatos se devem à inexistência no Brasil de um laboratório fiscalizador de drogas importadas e esse é um quadro muito preciso.

No início da minha legislatura, fiz uma denúncia do "Clofibrate", que era um produto alemão proibido na própria Alemanha e proibido em outros países da Europa também, e no entanto era de livre comercialização e distribuição aqui no Brasil.

Nós pedimos a proibição deste remédio e o Ministério da Saúde, depois de verificar a veracidade das denúncias aqui levantadas proibiu. Eu recebi a informação de que o remédio estava proibido de comercialização no Brasil.

Então nessas condições, brasileiros estão hoje morrendo de causas totalmente evitáveis.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e ele enriquece sobremaneira essa nossa afirmação.

"Uma primeira prova dessa assertiva, é que, apesar do Brasil ser um dos países que possui o maior número de medicamentos em oferta no mercado, não tem, entretanto, e por incrível que pareça, remédios para as doenças especificamente brasileiras, as tropicais. Registre-se ainda, que dos 28.000 remédios postos à venda de 300 a 500, seriam o suficiente para atender noventa por cento de nossas necessidades.

A tática para essa multiplicidade é simples: se uma marca atinge a faixa do fastio, se lhe adicionam um outro elemento - quase sempre de ação neutra - dá-se-lhe nova roupagem e cobre-se-lhe de ostensiva publicidade. Como exemplos, citamos Doril, Vitasay, tendo à frente, os garotos-propagandas Pelé, Fittipaldi e outros.

Não se diga que não existe uma invasão farmacêutica!

Analistas franceses, Jean Pierre Dupuy e Serge Karsenti, disseram: "as filiais dos laboratórios franceses e suíços, esta belecidos na América Latina, prosperam naquele continente comercializando produtos concebidos nas e para as nossas ricas sociedades - terapêuticos para doentes cardiovasculares, tranqüilizantes, medicamentos ditos de "bem-estar", etc. - enquanto as doenças tropicais constituem um terrível flagelo e a mortalidade infantil é ainda escandalosamente alta..."

Nações outras, tecnológica e economicamente desenvolvidas, socorrem as necessidades de sua gente, com um número bem inferior de apresentações. A própria ABIFARMA — Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica - dá a conhecer que, enquanto a França e a Bélgica oferecem 8.500 a 9.000 apresentações de medicamentos, o Brasil supera a casa dos 23.000.

Assim, se atingiu este resultado: existem no mercado brasileiro 3.496 medicamentos originais e 3.560 similares num total de 7.065.

Considerando-se que um mesmo medicamento pode ter mais de uma apresentação (injetável, cápsulas, xarope), esses 7.065 medicamentos somam um total de 11.300 apresentações. Entretanto, é a mesma ABIFARMA que afirma que "o número de licenças emitidas pela DIMED (ex SNFMF), no decênio 66/75 é o seguinte, incluídas as revalidações de licenças concedidas anteriormente e cujo prazo de validade era de dez anos, até o advento da nova legislação farmacêutica: licenças de medicamentos originais: 7.230, licenças de medicamentos similares: 7.461, com o total de 14.681. Essas licenças de medicamentos - prossegue a ABIFARMA - passam a totalizar 23.491, considerados os diferentes tipos de apresentação.

Bem, se as multinacionais transformaram o Brasil num quintal do setor farmacêutico, é natural essa dependência, assim como é lógica essa exploração, exercida contra o povo.

Se no início de minhas ponderações, afirmei existir um

conluio entre os interesses da indústria química de base e a indústria farmacêutica, não há porque negar-me razão, SENHOR PRESIDENTE, quando clamo pela necessidade do surgimento de uma inteligência e de braços voltados inteiramente para o resguardo dos interesses da Nação e que tenha a coragem de livrá-la da dependência desse truste imperialista.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - lançou o tema "SAÚDE PARA TODOS", como motivação central de sua Campanha da Fraternidade - 1981.

Pela abrangência da importância desse motivo e pelo que ele realmente representa nos dias atuais, onde a fome, a miséria e a doença parecem ainda mais atreladas, é um imperativo o engajamento de todos os setores da sociedade, principalmente dos conscientes e basicamente dos consequentes, no atrelamento desta campanha.

Todos os segmentos da sociedade e, principalmente o dirigente maior desta Nação, é que deveriam realmente, incorporar-se e levarem à frente esta campanha.

Mas, lamentavelmente, a realidade do ano da "Campanha da Fraternidade" em que se pede "Saúde para Todos", comemorou-se da seguinte forma: (Lê):

"Em 7 de abril comemorou-se o Dia Nacional da Saúde e, praticamente a um mês atrás, a população foi agredida pela indústria farmacêutica que obteve o Conselho Interministerial de Preços - o CIP -, deu bandeira verde para remarcar seus produtos com rótulos mostrando preços com quarenta e dois por cento a mais.

QUASE CINQUENTA POR CENTO EM UMA ÚNICA CACETADA!

Se de um lado entende-se como complexa a fixação do custo verdadeiro de um medicamento, ressalte-se a inexistência no País, de uma contabilidade igualitária de custos, com regras similares para as diversas empresas do ramo.

De acordo com a estrutura básica adotada pelo CIP para a formação de custos, eis o cômputo dos diversos itens agregados para atingir o preço final de venda: quatro por cento para mão-de-obra; dezoito por cento para matérias primas; 8,4% para material de embalagem e 2,3% à conta de custo industrial. A estes trinta e três por cento, somam-se mais dez para despesas administrativas, incluindo salários; 3,9% para despesas financeiras; 2,6% para propaganda; dez por cento para despesas comerciais fixas, incluindo salários, 23,8% para despesas comerciais proporcionais tais como ICM, descontos, comissões, etc; 3,2% para fretes, carretos e seguros; 2,9% para amostras grátis e mais dez por cento a título de lucro, resultando os cem por cento, estabelecendo-se, por esta forma, o preço final de venda.

Mas, o próprio CIP admite ser normal a ocorrência de diferenças entre a estrutura de custos apresentados por uma empresa e aquela finalmente adotada pelo órgão, tendo em vista o conteúdo limitativo que preside sua orientação.

Ora, é de conhecimento geral a influência do capital estrangeiro nas decisões do CIP.

Aliás, quais os órgãos governamentais brasileiros nos quais a influência alienígena não se faz presente?

O próprio modelo político e econômico imposto à Nação é gerado nas mesas das multi e assim o é a partir do conluio IPES-IBAD nos idos de 60 com vistas à implantação da máquina tecnocrata-castrense para gerenciar os destinos da Nação.

O resultado que nos ofereceram espalha-se também nesse caso específico de desnacionalização.

Se oitenta por cento da indústria farmacêutica encontra-se sob o controle estrangeiro, qual a força do CIP para fazer valer suas atribuições?

A diretriz das multi farmacêuticas é a mesma que a estabelecida para outros setores da economia: lucros rápidos em prazos mínimos.

"Para conseguir isso - diz Ricardo Bueno - os monopó-

lios não hesitam em lançar um produto aparentemente novo para escapar aos controles de preços determinados pelo CIP".

Acrescentam apenas um elemento insignificante na fórmula de um remédio tornado obsoleto e o apresentam com ares de grande novidade. Daí, a ultra-super-abundância de produtos apresentados.

E nos enraivece a passividade do Governo quando ainda se vendem no Brasil, livre e impunemente, remédios de há muito condenados pela OMS.

Vejamos a praticidade de como o povo brasileiro é escandalosamente roubado pela máfia farmacêutica.

"Uma pesquisa feita pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) órgão da Secretaria do Planejamento da Presidência, chegou a um resultado considerado estranho pelos próprios técnicos por ela responsáveis: a taxa de lucratividade dos laboratórios nacionais foi de 37,8 por cento em 1975 contra apenas 14,7 por cento para os estrangeiros.

Ora, as multinacionais têm amplo controle sobre o mercado brasileiro. Utilizam tecnologia moderna de suas matrizes. E 81 por cento dos produtos que vendem, são da mesma linha de produção dos laboratórios nacionais.

Como explicar então, a diferença enorme de lucratividade?

Como explicar que as multinacionais tenham ganho tão pouco, em comparação com os laboratórios nacionais?

Se esse levantamento fosse correto, o natural seria então que acontecesse a absorção das empresas estrangeiras pelas brasileiras e não vice-versa, como realmente sucede.

No entanto, é simples a resposta.

UMA FALCATRUA, COMO NÃO!

Os laboratórios estrangeiros SUPERFATURAM suas importações de matérias-primas. Assim, reduzem seus lucros aqui no Brasil e transferem lucros de forma disfarçada para suas matrizes (DE QUEM COMPRAM AS MATÉRIAS-PRIMAS).

Em 1977, os 22 maiores laboratórios que atuam no Brasil, TODOS ESTRANGEIROS, levantaram um faturamento da ordem de sete bilhões e trezentos milhões de cruzeiros.

O Roche, suíço, ergueu sozinho um montante de 685 milhões; o Johnson e o Schering, ambos americanos, arrecadaram 551 a 460 milhões, respectivamente. Nessa escala, são seguidos pelo Merck, alemão, com 382 milhões, pelo Fontoura, Merck Sharp e Merrel, americanos, com 371, 339 e 337 milhões, respectivamente. A seguir, vêm o Hoechst, alemão, com 335, o francês Rhodia com 323, o suíço Sandoz com 312 e novamente um francês, o Sarsa, também com 312 milhões. Com diferenças mínimas entre si, aparecem o Geigy, o Squibb, o Ciba, o Lepetit, isto para relacionar os mais "populares". O laboratório que nesse período, dentre os maiores em operação nessa Terra de Ninguém que menos arrecadou e que é o décimo segundo em potencialidade de exploração foi o alemão Boehringer que "biscoitou" 223 milhões de cruzeiros.

Daí porque os laboratórios estrangeiros que até 1977 absorveram cerca de 30 laboratórios nacionais, não mostram o mínimo interesse em romper a dependência brasileira da importação de matérias-primas e nem em desenvolver tecnologia aqui dentro.

Final, o controle da tecnologia é uma das suas principais fontes de poder.

O professor Evaldo de Oliveira, quando presidente da Academia Brasileira de Farmácia, afirmou: "os farmacêuticos brasileiros são unânimes em dizer que os laboratórios estrangeiros chegam a proibir a presença de técnicos e operários brasileiros em determinadas fases da produção de um remédio, feitas em segredo. Aos que insistem em descobrir algo, a demissão é o caminho indicado".

Disse pouco antes, da influência das multi nas decisões do Conselho Interministerial de Preços, notadamente no campo da

indústria farmacêutica.

Também fica estabelecido que a política de tabelamento de preços, praticada por nós, tem os seus inconvenientes.

Quem nesse assunto aprofundou-se, foi a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para investigar as atividades laboratoriais que, em seu relatório final, destaca os inconvenientes em nossa prática de tabelamento de preços.

“Um deles - assinala o Relatório - é a prática adotada pelos laboratórios de substituição de medicamentos simples, de eficiência comprovada, por associações medicamentosas, de duvidoso valor terapêutico.

Em outras palavras, os laboratórios substituem medicamentos antigos, compostos de um só fármaco, por produtos NOVOS, com vistas à obtenção de preços atualizados”.

Nessa mágica, o CIP “dança”, a economia popular é esbulhada, o capital nacional idem e a saúde nossa vai se diluindo, como diluída está nossa soberania.

Observando-se que “a insuficiência de recursos colocados à disposição do Ministério da Saúde para atender as suas finalidades pode ser avaliada quando vemos que seu orçamento global é praticamente igual aos gastos da indústria farmacêutica para a propaganda de medicamentos - propaganda que se constitui em verdadeiro estímulo à automedicação - chega-se à conclusão que, além da Educação, o setor Saúde é o mais desdenhado pelo Sistema.

Com acerto, a CNBB lembra a saúde nesta sua Campanha da Fraternidade neste ano de 1.981.

O QUADRO É NIGÉRRIMO!

O ensino em nosso País está falido e o povo, além de faminto, está doente.

E mesmo doente, é espoliado.

Espoliado até a morte.

Vítima de inescrupulosidade da indústria farmacêutica alienígena.

VÍTIMA DA PASSIVIDADE DO GOVERNO.

Sim, o Governo é passivo e por isso, cúmplice.

Existe a Lei 6.360. Ela existe, como muitas outras, para ser fraudada.

Os laboratórios dispendem elevadas somas para cobertura publicitária de medicamentos perfeitamente dispensáveis, induzindo o incauto à prática da automedicação.

Vitaminas existem em apresentações de 2.000 ml, por unidade, quando a prescrição exata é de apenas 20 a 50 ml, diária.

Nas farmácias, a prática da “empurroterapia” é desregrada.

A prática da “empurroterapia” é velha e por isso bastante conhecida, mas para anulá-la, nada se fez, nada se faz e DUVIDO QUE ALGO SE FARÁ!

O presidente da Fundação do Remédio Popular, João Batista Domingues, esclareceu, na CIP da indústria farmacêutica, o que é a “CIÊNCIA DA EMPURROTERAPIA”: “muitos laboratórios existem que faturam 100 unidades de um produto e mandam 300, e isso faz com que muitas farmácias estabeleçam uma comissão especial para que seus vendedores “empurrem” esses produtos. Então, determinadas farmácias têm um fiteiro com aqueles produtos: o balconista tem um talão de vendas e, do que ele vender, percebe uma comissão superior à auferida na venda dos chamados produtos éticos. Quando chega ao final do mês, a comissão pelas vendas dos produtos da “empurroterapia” é muito maior que seu ordenado. Em outras palavras, determinado laboratório vende uma dúzia e entrega 4,5 e às vezes, até mais, para o proprietário da farmácia ou drogaria. SÃO AS FAMOSAS DÚZIAS DE 24, 36, 48, 60.

É evidente que as farmácias passam a ter interesse na colocação do produto, pela elevada margem de lucro que lhe proporciona.

Este processo é muito usado pelos pequenos laboratórios que “COPIAM” os produtos mais procurados pelo público ou receitados pelos médicos, quase sempre fabricados pelas grandes empresas.

O terço “cópia”, no caso, pode ser entendido em sua plenitude, pois, na maioria das vezes, os pequenos laboratórios trocam apenas uma ou duas letras do nome do produto original, utilizando-se, inclusive, de embalagens idênticas.

Esta prática comercial bastante difundida só poderia existir em um mercado presidido pela automedicação, como o nosso, no qual o farmacêutico ou o balconista de uma farmácia, não só receita remédios como até substitue o medicamento prescrito pelo médico.

A “empurroterapia”, também uma marca registrada de além-fronteiras, além de prejudicar economicamente o consumidor, pode determinar sérios riscos à sua saúde, pois fornece-lhe quase sempre, medicamentos de baixa qualidade, na maior parte das vezes, fora de qualquer controle.

Esta forma de comercialização dá bem uma idéia do baixo nível do mercado brasileiro, no qual quem dita as regras são as empresas, pois as leis que são feitas no interesse da saúde pública, o Governo se encarrega de fazer com que fiquem apenas no papel, como a Lei 6.360, que limita a automedicação e terminaria, de uma vez por todas, com a EMPURROTERAPIA.

“NA BRIGA DO MAR COM O ROCHEDO, QUEM APANHA É O MARISCO”.

Este provérbio muito usado em nosso litoral, evidencia a grande verdade que também é resumida em outro adágio: “A CORDA SEMPRE ARREBENTA DO LADO MAIS FRACO”.

De um lado, o Governo não se dispõe a comprar a briga com o setor farmacêutico, receoso, como sempre, de ferir o Monstro Sagrado do Capital Estrangeiro. Dessa temeridade e passividade, vai sangrando o incauto e desavisado consumidor brasileiro, transformado em cobaia pelos laboratórios americanos e europeus.

E disse o Ministro Delfim Neto, do Planejamento, não possuir o Governo brasileiro, condições legais de interferir nesse processo, principalmente no aspecto da desnacionalização sempre crescente dos laboratórios tupiniquins, ALEGANDO NÃO SE TRATAR DE PROBLEMA DE SEGURANÇA NACIONAL.

Entendo como afronta a nossa segurança, à segurança da nossa Nação, à Segurança Brasileira, ultrajes tais como a descapitalização da nossa economia, a evasão de nossas divisas e para esses itens de atentado à segurança nacional, a indústria farmacêutica fornece um dos melhores exemplos disponíveis de desnacionalização.

Para se observar a desnacionalização como um processo, para comparar o capital nacional como seus sucessores internacionais, existem poucos casos mais adequados que o da indústria farmacêutica. Dos 50 maiores laboratórios em atividade no Brasil, responsáveis por 79 por cento do faturamento no setor, apenas 4 são nacionais - ACHÉ, MEDICAMENTA FONTOURA, SINTOFARMA e FARMASA, ocupando respectivamente o segundo, vigésimo, trigésimo oitavo e quadragésimo segundo lugares.

PARA CONCLUIR, SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS.

Após nos debruçarmos sobre as ponderações a respeito do elevado e sempre crescente preço dos produtos farmacêuticos, fruto da manobra ditada pelo monopólio alienígena verificado no setor; após concluirmos sobre os malefícios causados pela automedicação - causas e efeitos -, num processo estimulado pela publicidade desregada de produtos perfeitamente inexequíveis e, após traçarmos um perfil do desenrolamento da política de desnacionalização e descapitalização de

nossa exaurida indústria farmacêutica e além de tudo isso aí já posto, RESSALTADA A VIOLÊNCIA COMETIDA CONTRA O CONSUMIDOR, vitimado pela vergonhosa e anti-ética prática da “empurroterapia”, inclusive com substituição de medicamentos e, além também, do excessivo e aviltante número de medicamentos colocados à disposição do cliente, encareço a atenção deste Plenário para a necessidade de um estudo profundo e uma corajosa tomada de posição por parte desta Casa, para que, colocando também nossos serviços à disposição da campanha SAÚDE PARA TODOS, encaminhe com urgência, apelo ao Ministério da Saúde para que encampe as sugestões que lhe foram apresentadas ao final do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que analisou o comportamento da indústria farmacêutica no Brasil”.

Para concluir, Sr. Presidente, apenas devo dizer de que se, hoje, os médicos fazem greve porque ganham pouco, se hoje, coitado do povo brasileiro, não consegue pagar uma simples consulta médica, e se consegue pagar e obter a consulta, não consegue comprar o medicamento; mas se consegue comprar o medicamento, tenhamos a consciência de que, a cada vez que ele vai à farmácia, a cada vez que ele consegue comprar um medicamento, lamentavelmente, está sendo explorado pelo capital estrangeiro, que leva, daqui, através da forma mais aética, da maneira mais perniciosa e mais condenável e mais reprovável, que é tirar lucro em cima da saúde do povo, é necessário que os brasileiros tenham consciência disso.

E de que o Governo brasileiro é omissor e conivente.

E muitos dos integrantes da atual cúpula governamental participam e auferem desses lucros, daí, porque, Sr. Presidente, nos últimos dezesseis anos em que se implantou o regime autoritário, um dos objetivos do pessoal que está à cúpula desta Nação não foi só para ter o poder, mas foi para ganhar dinheiro, em cima da triste e infeliz saúde do povo brasileiro.

Por isso, quando a CNBB grita “SAÚDE PARA TODOS”, é necessário de que atrás de “SAÚDE PARA TODOS” o Governo brasileiro se lembre fosse mais consciencioso, de que algumas das pessoas que participam do Governo não quisessem ganhar dinheiro dessa forma realmente condenável; tirar dinheiro de um homem doente, ou às vezes, terminar de matá-lo, porque não é só o fato de que causa mal àquele que precisa do medicamento, mas mal maior causa àqueles familiares ou parentes que vendo ou estando na angústia de não poder comprar um medicamento, muitas vezes, chegam até como os noticiários policiais têm contado, ao assalto, ao crime, para poderem comprar remédios.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — No horário reservado ao PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De uma maneira uniforme, o PMDB vem se utilizando do horário destinado a Liderança, nas Assembléias Legislativas, para levantar os temas relacionados ao desemprego, legislação trabalhista, política de salário, condições de vida da classe trabalhadora.

E nós, hoje, damos continuidade ao que aqui vem se desenvolvendo.

Não poderíamos deixar de, na véspera do Dia do Trabalho registrar a nossa posição que: 1.º de Maio de 1981 deverá ir para a História do Brasil, como o pior 1.º de Maio da Pátria brasileira.

Por que, alguém perguntaria?

Porque este 1.º de Maio vem exatamente produzido pela maior inflação da nossa História, pelo maior custo de vida, pela dificuldade enorme do contingente sub-empregado e pelo

terrível espectro do desemprego.

Conclusiva, portanto, a idéia de que 1.º de Maio de 1.981 é o pior 1.º de maio da História do Brasil.

Amanhã, os trabalhadores vão se reunir, não para fazer festa, porque 1.º de maio não é dia de festas, é dia de lutas.

A mesma luta que em 1.886 levou a polícia e os guardas de segurança de empresas a chacinar operários em greve na Cidade de Chicago e que, portanto, em função daquele dia, daquela chacina, daquela violência passou-se a se instituir o dia 1.º como o Dia do Trabalho, exatamente para marcar aquela data histórica, a mesma luta que fez a justiça americana da época, em condenar quatro operários que lutavam por seus direitos, à morte por enforcamento.

Operários de todo o mundo vão homenagear seus mártires, seus heróis da guerra pelo fim da opressão, pelo fim da exploração insana do trabalho.

Vão comemorar sim, as suas lutas pelas suas conquistas e liberdade.

É um dia em que os trabalhadores comemoram as suas vitórias e analisam as suas derrotas contra o inimigo que se põe, na verdade, contra o progresso e a paz dos homens.

No Brasil, certamente serão lembrados todos os trabalhadores que tombaram nessa luta que irmana solidariamente os povos em sua caminhada para uma sociedade mais justa.

Teremos na memória, os fatos mais recentes da História mais próxima dos últimos anos contra os trabalhadores em especial, do regime arbitrário e violento.

Por certo, Sr. Presidente, São Paulo e o Brasil vão lembrar o operário Santos Dias, assassinado num piquete da greve por melhores salários no ABC. Vão lembrar Lincoln, morto em 73 no curso de violentas lutas como relata Márcio Moreira Alves em seu livro “Torturas e Torturados”.

Vão lembrar Luiz Guilhardini, operário naval, diretor do Sindicato Nacional dos Marítimos até 64, pois em 72 foi preso e assassinado pelo brutal processo.

Também lembrarão outros como Lincoln, Oest, trabalhador eleito Deputado Federal em 46, que morreu também em 72, quando preso.

Lembraremos também outros como Carlos Danieli, que lutou pela causa operária e que morreu, assassinado num cubículo, onde escreveu com seu próprio sangue: “este sangue será vingado”.

Esses homens, Sr. Presidente, que apenas lembramos por estarem ligados diretamente à causa do trabalhador, entre tantos outros que marcaram a sua vida no árduo trabalho por construir as bases de uma sociedade mais justa.

Serão lembrados como alguns dos milhares de heróis que tombaram no mundo por essa luta, mas não tombaram em vão, pois sua luta continua entre os milhões de trabalhadores que não foram derrotados definitivamente como esperavam alguns.

Estão aí os trabalhadores do Paraná e do Brasil e novamente organizaram-se dando atividade às suas entidades sindicais, procurando expressar politicamente as suas necessidades e projetos.

É verdade que ainda paira sobre eles a eterna ameaça que fez os hotéis de Chicago que fez os mártires do processo brasileiro de libertação, mas não temem, Sr. Presidente, vão amanhã à praça pública marcar sua luta, a luta de agora e do futuro com a disposição que sempre caracterizou nossos operários o firme empenho de conquistar a sua própria unidade e fazer avançar os seus interesses até a conquista de amplas liberdades políticas e um governo de forças democráticas, unidade popular, onde estejam representados seus interesses políticos.

O Governo que garanta a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, foro legítimo para o debate e a resolução sobre os principais problemas que o

Brasil enfrenta.

Sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os trabalhadores já compreenderam que não basta apenas lutar, pelas suas reivindicações imediatas e econômicas, pelas melhores condições de vida.

Sabem que a solução para seus problemas, é a solução política que, neste sentido, deve lutar pelas melhores condições democráticas, em que possam realmente se organizar para defender seus interesses.

Precisam rasgar o manto da farsa democrática que mantém uma Lei de Segurança Nacional, para prender, invadir e subverter a vida de um sindicato que legisla sobre os legisladores que reivindicam uma Lei de Segurança Nacional, que legisla sobre o direito de expressão e de opinião e que legisla sobre tudo neste País.

Compreendem que o direito, a livre organização e autonomias sindicais, dependem da vigência de direitos que este regime retirou de todos os brasileiros pela força. Os operários e todos os trabalhadores deste País sabem que a conquista de condições democráticas é de seu maior interesse e por isso, dia a dia se incorporam, como grande base de sustentação política e social.

A luta pelas modificações, pela Assembléia Constituinte livre e soberana, melhor dizendo, como acabamos de falar: bandeira tão renegada pelos que temem o processo democrático.

É preciso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que lembremos que os trabalhadores também já compreenderam, ao sentir o sabor amargo de uma repressão, como devem trabalhar para fazer melhor a história deste País.

Foi assim que se impôs no Brasil uma política salarial sem dúvida alguma, a mais nefasta para nossos operários. Todos lembram e sabem que o IBGE, uma Fundação do próprio Governo, diz com clareza que de cada cem assalariados, 32,5 por cento vivem ou sobrevivem do salário mínimo regional, outros 25,8 por cento vegetam na faixa bitolada de dois salários mínimos e 18,4 por cento conseguem se equilibrar com um orçamento de dois a cinco salários mínimos.

Em números redondos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o orçamento de dois a cinco salários mínimos e em números redondos, oito em cada dez trabalhadores ganham menos de cinco salários mínimos neste País, ou seis em cada dez resistem com menos de dois, no limite da tolerância biológica, recebendo o mínimo para prover a recuperação de sua própria força de trabalho, para empregá-lo no dia seguinte por tão infame remuneração.

Vimos, Sr. Presidente, que o salário dos trabalhadores não representa mais de oito por cento do valor final de um automóvel, produzido no País.

E, enquanto se alardeia uma multinacional dizendo que está aí a crise e precisa despedir seus empregados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos esquecer que o programa do BEFLEX na verdade registra algo usurpador para a realidade brasileira.

Porque, há um estímulo de exportação. Cada veículo que sai do País, tem 15 por cento de subsídio de seu valor a título de estímulo à exportação. No entanto, em cada carro que vai para o estrangeiro, ou fica no País a mão-de-obra apenas atinge de seis a oito por cento do valor desse carro.

Por que a Volkswagen matriz da Alemanha consegue pagar, 42 por cento do valor do carro para o trabalhador e no ABC, paga menos de oito por cento? E ainda faz chantagem econômico-social, agora pressionando o Governo para ter mais incentivos e benesses sob a alegação de que deve despedir seus funcionários, Sr. Presidente, eis aí mais um caso a ser profundamente analisado, da total dependência da política administrativa deste País.

Sr. Presidente, os dados são estarrecedores. Esse salário

mínimo vem diminuindo progressivamente. Há dez anos, o trabalhador comprava um quilo de carne por apenas três horas e nove minutos de serviço.

Atualmente, para comprar esse mesmo quilo de carne, são necessários sete horas e trinta e oito minutos. Em 65, o operário necessitava trabalhar 262 horas mensais para manter-se e sustentar sua mulher e dois filhos. Em 65, 262 horas para sua cesta alimentar quatro pessoas. Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, necessita mais de 500 horas para o mesmo consumo, para o mesmo sustento e para a mesma cesta alimentar.

Isso, na cidade.

Mas no campo a situação não é diferente, ou talvez, poderíamos dizer, mais trágica em alguns aspectos. Os camponeses brasileiros, nos últimos 17 anos, em grande parte, foram expulsos de suas terras, deserdados pela penetração do capitalismo violento no campo, que desestruturou o sistema produtivo baseado na pequena propriedade. Estabeleceu o consumo de bens e capital intensivo, e protegeu o latifúndio.

São 40 milhões de brasileiros, hoje, vagando de região em região, buscando o trabalho que lhe dê o sustento mínimo para sobreviver.

Este é o preço que o povo brasileiro pagou pela política implantada principalmente a partir de 65, neste País. Anos de um regime que pretendia findar com a corrupção, com a subversão, em troca de uma sociedade onde o bem-estar social estivesse ao alcance de todos.

E se fez, também, esse movimento para proteger fundamentalmente os interesses do capital monopolista estrangeiro, das multinacionais, que hoje controlam todos os setores da vida econômica nacional, e que impingiram ao País um FGTS, sepultando a estabilidade, uma das maiores conquistas do trabalhador em todo o mundo.

Esses mesmos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que trabalharam o que acontece no Brasil, no ABC, por exemplo, para a matriz Wolfsburg, não para as decisões do Planalto, porque é na matriz que se decide o que vai acontecer na nossa "filial Volks do Brasil".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Através do regime que aí tivemos e que temos ainda, é que se desenvolveu uma guerra interna contra os trabalhadores.

Quem não se lembra que os articuladores do modelo econômico desenvolveram a chamada teoria da "disciplina salarial", cuja resultante é esta que vimos agora, pela redução da capacidade aquisitiva do salário-mínimo.

Mas, nesse mesmo período, o Estado autoritário tem tido imensa sensibilidade para proteger os poderosos, tanto que o Brasil, segundo denuncia o Deputado Pemedebista Hélio Duque, ocupa o quarto lugar em depósitos na Suíça, somando 37 bilhões de dólares.

Este é o indicador de como evoluiu o perfil da concentração da renda nos segmentos privilegiados da nossa sociedade, ao mesmo tempo em que se multiplicam os escândalos, e a corrupção caminha solta, envolvendo figuras governamentais, como no caso da Vale do Rio Doce, quando o Ministro Ernani Galvêas e o Presidente do Banco Central, Carlos Langoni, autorizam a venda de ações ao preço unitário de Cr\$ 4,65, e elas, vinte dias depois, chegaram a Cr\$ 9,10, dando um lucro de 450 milhões de cruzeiros a quem comprou.

Neste dia do trabalho, vemos uma Nação cansada. Os trabalhadores exigindo um basta a este regime de opressão e de misérias que os forçou a serem escravos das multinacionais, dos interesses do capital monopolista. Querem um basta às condições subumanas de vida que determinam a alta taxa de mortalidade infantil, ao alto índice de doenças evitáveis, querem ampliar sua expectativa de vida que em alguns bolsões mais nítidos da miséria nacional, mal chega aos 40 anos.

Este é o caráter deste "Primeiro de Maio" entre nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os trabalhadores da Grande Curitiba, estarão amanhã na Praça Onze, na Vila Nossa Senhora da Luz. Vão falar certamente, que 10,7 por cento dos que trabalham nesta região recebem menos que o salário mínimo previsto em lei. 35 por cento ganha até 1,5 salário mínimo, 51,5 por cento recebe até dois salários mínimos. No Estado todo, a proporção é a mesma. E seriam mais graves se fossem computados os bóias-frias que não ganham, não vivem, apenas vegetam, aviltados pela super-exploração.

Não vamos desfilar aqui os dados estatísticos que todos já conhecem. Queremos reafirmar apenas o caráter desses 17 anos de desencontros, em que os trabalhadores foram reprimidos de todas as formas, inclusive pelas mais violentas, para garantir ganhos de capital vultosos para grupos estrangeiros, e grupos monopolistas brasileiros associados.

O Governo determinou o fim de sua entidade geral de trabalhadores, sabendo que na unidade está a força daqueles que dependem apenas de seu trabalho. Hoje, os trabalhadores brasileiros lançam-se novamente à construção de sua Central Única de Trabalhadores. Os mais combativos, chegam novamente à diretoria de seus sindicatos, substituindo aqueles que o regime colocou como seus prepostos. O movimento sindical volta à sua pujança, como se viu no conjunto de greves operárias nas grandes assembleias de trabalhadores e nas reuniões preparatórias da Conferência das Classes Trabalhadoras que se realizará em agosto, e que o PMDB saúda como um dos acontecimentos mais importantes da vida brasileira dos últimos anos.

Os trabalhadores, unidos, não serão vencidos, como diz sua palavra de ordem em todas as suas manifestações. As forças do atraso podem ter vitórias circunstanciais, podem dominar até por algum período, mas a vitória final será daqueles que apontam para o progresso da humanidade. Os trabalhadores podem perder a vida de um Santos Dias, de um Guilhardini, de um Danielli. Mas, recuperam sua força de vontade única para enfrentar novas batalhas contra o inimigo comum.

Nós, do PMDB, saudamos o dia dos trabalhadores e suas caminhadas para a organização da Central Única dos Trabalhadores - CUT.

Oferecemos nosso apoio integral à realização do CONCLAT - Conferência das Classes Trabalhadoras, e ficamos ao seu lado, como sempre estivemos, na luta contra os baixos salários, na luta contra esta política econômica e financeira que procura agora jogar os efeitos mais graves da crise sobre os próprios trabalhadores, através do desemprego e do arrocho salarial.

Uma crise que este regime criou, gestou e que propõe que a absoluta maioria dos brasileiros pague, mais uma vez, defendendo o capital estrangeiro que rapinou nossa Pátria nestes anos de desastre nacional.

Vai findando a longa noite dos punhais, os longos 17 anos de opressões.

Surge, Srs. no horizonte, a perspectiva de dias melhores, de mais justiça, de mais progresso. E este horizonte, tenham certeza, Srs. Deputados, está sendo construído agora, pelos trabalhadores deste País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Presidência consulta a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta a Liderança do PP.

Havendo declinado, concedo a palavra no horário destinado ao PDS, por cinco minutos, ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

"O problema do menor abandonado é, sem dúvida um dos mais sérios já registrados em nosso País. Nos últimos anos, esta questão ampliou-se de maneira assustadora, fazendo com que milhões de menores passassem a morar nas ruas.

Embora a solução para o problema do menor abandonado não possa ser encontrada apenas a nível estadual mas sim, com o apoio do Governo Federal e de toda a comunidade, o Governo Ney Braga vem demonstrando que está interessado em pelo menos reduzir o número de menores abandonados em nossas ruas.

Nos dois primeiros anos, o Governo Estadual mostrou que pretender ter, na Assistência ao menor abandonado, uma de suas metas primordiais.

Assim, através do Instituto de Assistência ao Menor — IAM, destacaram-se várias realizações, nos primeiros anos do Governo Ney Braga.

Podemos citar a implantação, em Curitiba, do Centro de Reabilitação Adeodato Volpi, para atendimento a 60 menores excepcionais. A criação do Educandário Curitiba, destinado ao atendimento de grupos de irmãos na faixa etária de 0 a 14 anos, com capacidade para 140 menores.

Por outro lado, foi instituído o Programa de Apoio e Promoção Familiar em três unidades sociais oficiais, para atendimento a 150 famílias de menores internados nessas unidades.

O IAM instalou ainda escritórios regionais nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina e Maringá, e iniciou a implantação em Jacarezinho, União da Vitória, Cascavel e Campo Mourão. Estes escritórios, serão destinados à supervisão e estudos de programas, a nível regional, de atendimento ao menor.

Além dessas ações, foram repassados, através de convênios com entidades sociais particulares, recursos no montante de Cr\$ 21,4 milhões ao IAM, ampliando-se a capacidade de atendimento de menores com a oferta de 5.505 vagas em tais instituições.

Esta foi, de forma sintética, a ação desenvolvida pelo Governo Ney Braga, no setor do menor abandonado, por intermédio do IAM. Some-se a ela o trabalho efetivado pela Secretaria da Saúde e Secretaria da Educação, além do PRO-MOPAR.

Sabemos que os resultados obtidos não poderão colocar fim ao problema do menor abandonado no Paraná.

Mas, temos certeza que, graças a essa atuação, milhares de menores deixaram as ruas e passaram a ser assistidos, de alguma forma, pelo Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): Até bem pouco tempo nosso Estado era conhecido tão somente pela pujança de suas atividades agro-pastoris. O fato de sermos conhecidos como celeiro do Brasil, por um lado nos orgulhava, mas, por outro, era motivo de preocupação, pois apenas como fonte de produtos primários não fechávamos o círculo produtivo, que é fator de auto-suficiência e se traduz em oportunidades para todos no campo sócio-econômico.

Hoje, a indústria, no conjunto das atividades produtivas do Paraná, chega a representar mais de 30 por cento. Esta nova performance e as possibilidades que o Estado apresenta para o desenvolvimento do parque manufatureiro, não são obras do acaso, mas fruto de uma política governamental voltada para esses objetivos.

A II Feira da Indústria Paranaense - Paraná Hoje — é exemplo desta nossa afirmativa.

A Mostra, que está sendo promovida pela Secretaria da Indústria e Comércio e cuja realização prolonga-se até o dia 03 próximo no Parque Barigui, foi aberta pelo Governador Ney Braga, num encontro que reuniu centenas de empresários, autoridades dos Governos Federal, Estadual e lideranças municipais.

A idéia, sempre oportuna, de descentralização industrial, é reforçada pela participação de empresas de todas as regiões do Estado, o que já serve, segundo o Secretário Fernando Fontana, de atestado que evidencia a preocupação do Executivo Estadual em evitar desequilíbrios regionais.

Nesse sentido, em stands próprios, os municípios mostram seus polos industriais e vantagens que podem oferecer em termos de aporte de novos investimentos.

Também, órgãos do Governo, de apoio ao setor, igualmente estão presentes no atendimento ao público e aos empresários interessados em novos negócios.

Para o visitante, a Feira é uma boa oportunidade de conhecer o perfil da industrialização no Paraná, suas necessidades e perspectivas. Por isso também, queremos nesta oportunidade, reforçar o convite para que todos visitem a nova realidade do parque manufatureiro de nosso Estado.

Já no ano passado, quando da realização da I Feira o evento abriu um novo canal de comunicação entre os próprios empresários, fornecedores e consumidores.

Muitos, naquela ocasião, puderam trocar informações, identificando ofertas e demandas de produtos ou equipamento cuja existência, no Estado, eram até então desconhecidas. Mais de 120 mil pessoas foram ao Parque Barigui, num recorde de visitação naquele centro de exposições.

O sucesso impulsionou a continuidade da promoção, este ano já com um caráter mais amplo, com o dobro do número de expositores, provando a boa receptividade do empresariado.

Somente nos três primeiros dias, mais de 70 mil visitantes compareceram ao Centro de Exposições. Mais de 200 empresas dos diversos setores industriais participam agora, muitas das quais estão lançando no mercado nacional, produtos considerados inéditos.

Comitivas de empresários de vários países aportam ao Paraná, atraídos pela Feira. Também o volume de negociações supera as expectativas.

O êxito é inegável. Nossos cumprimentos ao Governo Ney Braga, e, em particular, ao Secretário da Indústria e Comércio, Fernando Fontana, pela realização e pelo sucesso da II Feira da Indústria Paranaense — Paraná Hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo os sete minutos restantes do PDS, ao Deputado Antônio Cotrim.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “Logo ao iniciar o seu Governo, o Presidente Figueiredo afirmou que uma das metas prioritárias na sua administração seria a agricultura.

Isso provocou otimismo por parte dos produtores agrícolas, cansados das mudanças sistemáticas na política brasileira para o homem do campo.

Com o otimismo, veio o aumento da safra, no ano passado, prevendo-se ainda novo crescimento para este ano.

Mas, realmente, se está dando prioridades à agricultura?

Acreditamos que não. Conhecendo de perto os problemas da agricultura paranaense, podemos afirmar que o homem do campo está cada vez menos satisfeito. Embora longe dos aglomerados urbanos, ele não está tão distante do processo inflacionário a que se está submetendo toda a Nação. A maior prova disso é o êxodo rural, que aumenta ano a ano.

O homem do campo, aquele que produz o alimento que comemos todos os dias, passa fome. Aquele que vê o feijão, o

arroz, o milho, a batata brotarem na sua colheita, não tem dinheiro suficiente para alimentar-se.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Se faz necessário que o Governo Federal retome a agricultura como meta prioritária, sob pena de continuarmos a inflar nas grandes cidades com favelas, e com isso gerarmos mais descontentamento social, mais criminalidade.

O homem do campo, não só do Paraná, mas de toda a Nação, precisa ir dormir sabendo que, no outro dia, a política para o meio agrícola continuará sendo a mesma. Só assim terá condições de continuar produzindo.

Tomemos o exemplo dos Estados Unidos. Lá, um agricultor, é responsável pela alimentação de cerca de 60 pessoas. No Brasil, as previsões mais otimistas falam em 01 para 10. Naquele país, ao invés de tentar esfolar o homem do campo, o Governo trata a pão-de-ló, com juros de 9 por cento ao ano no crédito rural.

Aqui, a situação é absolutamente outra; para comprar um trator ou outra máquina agrícola no dia de hoje, o agricultor terá de pagar cerca de 73 por cento de juros. Como continuar o programa de mecanização da agricultura?

Se um criador deseja comprar alguns reprodutores para aumentar o seu rebanho, enfrentará juros de 80 por cento. Como conseguirão então, rebanhos maiores e de melhor qualidade?

Fala-se muito que a natureza é uma das principais responsáveis pela falta de produtividade agrícola do País. Mas, não é só a geada e a seca que prejudicam o homem do campo.

Acima de tudo, o agricultor brasileiro é prejudicado pela incompetência administrativa daqueles que estão em lugares errados. Homens que nunca sentiram o cheiro do estrume do gado e que nunca vão saber distinguir a folha do café da folha de soja.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, comunicando que a partir desta data se desliga da Bancada do Partido Democrático Social e renuncia a todas as comissões para as quais foi designado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério. —

Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Expediente de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, indicando os Srs. Deputados Aírton Cordeiro, Gabriel Sampaio e Quielse Crisóstomo, que funcionarão como Vice-Líderes da Bancada do PDS, nesta Casa. —

Ao Departamento Legislativo, para anotar :

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 181/80, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o “GRUPO ESPÍRITA LINS DE VASCONCELOS”, com sede na Cidade de Jandaia do Sul. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 191/80, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de utilidade pública o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BOM SAMARITANO — SASBS, com sede em Guaratuba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 194/80, de autoria do

Deputado DENI SCHWARTZ, que declara de utilidade pública a "APAE — ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS", com sede e foro no Município de Francisco Beltrão. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo :**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 01/81, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE CURITIBA, com sede na Capital do Estado. Parecer Favorável da C.C.J., com EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 04/81, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que declara de utilidade pública o TEATRO DE COMÉDIAS DOM BOSCO — TECOMBO, com sede na Cidade de Cascavel. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 09/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 10/81, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a "Sociedade Pestalozzi de Guaíra", com sede e foro na cidade de Guaíra. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 10/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE PESTALOZZI DE GUAÍRA, com sede e foro na cidade de Guaíra.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1981.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se propõe seja declarada de utilidade pública, tem por finalidade prestar assistência gratuita às crianças com deficiências mentais, na tentativa de devolvê-las à sociedade.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei, esperando merecer o devido apoio dos nobres Pares e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 10/81

P A R E C E R:

1. — Fica estabelecido pela Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, regulamentadora da matéria com vistas à declaração de utilidade pública, em seu artigo primeiro, que: as Sociedades, as Associações e as Fundações constituídas no Estado do Paraná ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, e que visem exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

a) possuem personalidade jurídica há mais de um ano;

b) que no seu exercício efetivo, servem desinteressadamente à coletividade em fiel cumprimento e observância aos seus fins estatutários;

c) que seus diretores não serão remunerados, não distribuindo lucros, vantagens ou bonificações aos seus diretores e

mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto;

d) que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove a educação, assistência social ou exerce outras atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas e filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório.

2. Do exame realizado na documentação que acompanha o projeto de lei, conclui-se que:

a) a mesma preenche todos os requisitos exigidos para ser atendida a pretensão;

b) face ao exposto, não nos resta outra opinião que não seja favorável à sua aprovação.

Somos portanto, pela aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

GABRIEL SAMPAIO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 14/81, de autoria do Deputado Ailton Cordeiro, que declara de utilidade pública a "Associação Representativa dos Usuários Produtores Comerciantes da CEASA de Curitiba - ARUC", com sede e foro em Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 14/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA DOS USUÁRIOS PRODUTORES COMERCIANTES DA CEASA DE CURITIBA - ARUC, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1981.

a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O Estatuto anexo demonstra claramente que a entidade em questão reúne todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, para o reconhecimento de utilidade pública.

A Associação em tela, tem por objetivo promover ampla cooperação entre seus associados, estabelecendo relação direta dos usuários produtores e comerciantes junto aos consumidores, a fim de aprimorar o abastecimento da Região Metropolitana de Curitiba.

O alcance e amplitude dessa meta, entendemos, dispensa-nos de maiores considerações sobre o mérito e cabimento da medida que estamos propondo, para a qual reivindicamos o apoio dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 14/81

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Ailton Cordeiro, o presente Projeto de Lei nº 14/81, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Representativa dos Usuários Produtores Comerciantes da CEASA de Curitiba — ARUC, com sede e foro nesta Capital.

A justificativa apresentada pelo autor do projeto, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 21/81, de autoria do

Deputado José Domingos Scarpelini, que declara de utilidade pública o "Clube das Violetas", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI nº 21/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CLUBE DAS VIOLETAS, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma entidade que vem prestando os mais assinalados serviços à comunidade pontagrossense, tendo como principal escopo promover, estimular e desenvolver a filantropia e assistência social, merecendo, desta forma, ser distinguida com honraria ora proposta.

A entidade em referência é presidida pela Excelentíssima Sra. ENILDE COELHO DA SILVA, preclara esposa do Excelentíssimo Sr. General Sílvia Ferreira da Silva, ilustre Comandante da 5ª Brigada de Infantaria Blindada de Ponta Grossa, e a qual está dinamizando de maneira elogiável, o Clube das Violetas, a fim de que possa desenvolver atividades, em toda a sua plenitude, segundo dispõem seus estatutos.

Isto posto, creio que os nobres colegas, ao analisarem a propositura em tela, darão o devido apoio, aprovando-a sem restrições, por se tratar de uma sociedade que trabalha, de modo relevante, única exclusivamente em prol da filantropia e assistência social na comunidade pontagrossense.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 21/81

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado José Domingos Scarpelini, o presente plano de lei visa declarar de utilidade pública o Clube das Violetas, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

WALDYR PUGLIESI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 23/81, de autoria do Deputado Ruben Valduga, que declara de utilidade pública o "Núcleo Social Evangélico de Londrina - NUSELON, com sede na Cidade de Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 23/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "NÚCLEO SOCIAL EVANGÉLICO DE LONDRINA - NUSELON" com sede na cidade de LONDRINA - Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1981.

a) Valduga.

JUSTIFICATIVA:

O "NÚCLEO SOCIAL EVANGÉLICO DE LONDRINA -

NA—NUSELON, com sede e foro na cidade de LONDRINA, Estado do Paraná, constitui uma sociedade de caráter cívico-religioso, filantrópico e beneficente, sem fins lucrativos, tem como finalidade a recuperação integral de pessoas escravizadas pelos vícios, psicotrópicos, entorpecentes, bebidas alcoólicas e outras drogas, a promoção da pessoa humana, necessitada de recursos econômicos, construção, manutenção e supervisão de obras de libertação, educacional, assistencial e beneficente, estudar, adotar e executar planos que redundem no bem material, moral, educacional e espiritual dos beneficiários e prestação de trabalho que vise sua integração sócio-profissional.

Encontra-se em pleno funcionamento de suas atividades e atende as determinações previstas em lei.

A NUSELON, por sua própria condição e pelo relevante papel que vem desempenhando na área social de nosso Estado, justifica por si a presente proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 23/81

P A R E C E R:

I — O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Ruben Valduga, visa declarar de utilidade pública o "Núcleo Social Evangélico de Londrina - NUSELON".

II — O processo está amplamente justificado, pelo seu autor, inclusive os documentos comprovam que a entidade está em condições de ser declarada de utilidade pública.

III — A iniciativa é constitucional, portanto, não fere qualquer aspecto de ordem legal na sua tramitação.

IV — Opinamos, nestas condições, pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

O SR. GERNOTE KIRINUS — Solicito verificação de votação.
O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Presidência defere e irá proceder verificação de votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal.

(É feita a chamada).

Não há "quorum" para votação, e sim para prosseguimento da sessão.

Encerrada a discussão do projeto de Lei nº 23/81.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 18/81, de autoria da C.C.J., que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Mamborê, com finalidade de consultar a população para a criação do Município de Juranda. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 18/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no território do Município de Mamborê, para o fim de ser consultada a respectiva população sobre a conveniência da criação do Município de JURANDA.

"Ao Norte, começa na linha da Gleba 15 com 22 e segue pelo Rio Comissário, confrontando com o Município de Goioerê; a Leste por uma linha seca das Glebas 21 e 22, até encontrar o Rio Ronquita, confronta com o Município de Boa Esperança; a Nordeste, pelo Rio Ronquita até a cabeceira mais alta e —

deste segue por uma linha seca até o Arroio Mecherical, confronta com o Município de Boa Esperança; a Sueste, pelo Arroio Mecherical, Rio Catatumba, Rio Sununu e Rio Goio-Bang, confronta com o Município de Mamborê, e pelo Rio Goio-Bang, com o Município de Campina da Lagoa; a Oeste, por uma linha seca, confronta com o Município de Ubatã; ao Sul, por uma Estrada Velha, Juranda a Ubatã, confronta com o Município de Ubatã e a Oeste, por uma linha seca, com o rumo 00°00' N, confronta com o Município de Ubatã, com área aproximada de 10.400 alqueires ou 260,00 quilômetros quadrados".

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1981.

(a) DENI SCHWARTZ — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 38/80

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Jurandir Messias, o presente projeto de lei tem por finalidade criar o Município de Juranda, com território desmembrado do Município de Mamborê e divisas que especifica.

Retorna a matéria para exame deste Relator, após aneção da declaração solicitada à Secretaria das Finanças sobre o montante da arrecadação, nos termos do inciso IV do Art. 2º da Lei Complementar nº 01, de 1967.

Embora os valores não correspondam aos exigidos pela legislação em vigor, mas tendo em vista que já houve precedentes na criação de outros municípios, sem se ater rigorosamente a essa exigência legal, que, diga-se, representa o espírito de uma época passada, e também em razão de que, este Poder, deverá auscultar os anseios da população, que em última análise, é a maior interessada na sua concretização, o nosso parecer preliminar é no sentido de que esta Casa autorize a realização da consulta plebiscitária, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos nos reservando para posteriormente, após o seu resultado, emitirmos novas considerações sobre a matéria.

É o Parecer, com o Projeto de Resolução.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Bruno Otto Bergold, ocorrido na cidade de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João José Silva Correia Faria, ocorrido na Cidade de Alvorada do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Secretaria da Educação, encarecendo providências contra irregularidades que vêm ocorrendo no ginásio situado no Distrito de Lovat, Município de Umuarama. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, sugerindo a liberação de verba especial para aquisição de área de terras que servirá de "área-reserva" e opção de compra aos expropriados de Itaipu. — **Em discussão.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Adia-se a discussão

para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente, solicita do seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo providências no sentido de implantar o mais rápido possível, um Posto de Serviço Telefônico, no Distrito de Piquirivaí, Município de Campo Mourão — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Instituto de Terras e Cartografia, no sentido de que as áreas remanescentes do Distrito de São Pedro, Município de Toledo, sejam vendidas a pequenos agricultores, posseiros ou arrendatários da própria área ou aos agricultores desapropriados de Itaipu. — **Em discussão.**

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Para discutir, adia-se a para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 74, 85, 145, 146, 153 e 165/80.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 181, 191, 194/80 e 01, 04, 09/81.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 14 e 21/81.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nº 23/81, e de Resolução nº 18/81.

Levanta-se a Sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 165/81
autorizar ALSTON XAVIER DA SILVEIRA, matrícula nº 372, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 05 de março de 1981.

(Protoc. nº 2691).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 166/81
prover ELOI MEZZADRI, matrícula nº 365, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador de Assessoramento Técnico, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 167/81
prorrogar até 31 de dezembro de 1981, o Decreto Legislativo nº 491/79, que colocou à disposição do Poder Executivo, na Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, o funcionário HEITOR GURGEL DO AMARAL VALENTE NETO, matrícula nº 418, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, obedecendo o que dispõe o Decreto Legislativo nº 83/81.
(Protoc. nº 2312).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 168/81
exonerar ONEIDE GUMY, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Lineu Mansani Turra.
(Protoc. nº 2129).
Palácio "XIX de Dezembro", em 30/04/81
(aa) JOÃO MANSUR — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário
NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 342/81
designar CARLOS FORNAROLLI, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como Motorista, do Gabinete da Presidência, a partir de 14 de abril de 1981.
(Protoc. nº 1865).

PORTARIA Nº 343/81
designar PEDRO HENRIQUE DORNELLES, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Cyro Martins, até 31 de dezembro de 1981.
(Protoc. nº 3010).

PORTARIA Nº 344/81
designar LAURO DE LIMA GALINDO, funcionário contratado deste Poder, pela Administração, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Renato Loures Bueno.
(Protoc. nº 2481).

PORTARIA Nº 345/81
designar JURACY MANSANI, funcionária contratada deste Poder, pela Administração, para prestar serviços

no Gabinete do Deputado Lineu Mansani Turra.
(Protoc. nº 2503).

PORTARIA Nº 346/81
designar ONEIDE GUMY, funcionária contratada deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafa, no Gabinete do Deputado Lineu Mansani Turra, a partir de 30 de abril de 1981.
(Protoc. nº 2130).

PORTARIA Nº 347/81
I — revogar a Portaria nº 336/81, de 27 de abril de 1981, na parte que se refere ao funcionário SEBASTIÃO JOSÉ DE FARIAS, ora à disposição deste Poder, que designou o mesmo para prestar serviços no Gabinete do Deputado Paulo Camargo; e,
II — designar o funcionário acima citado, para prestar serviços no Departamento Administrativo, até 31 de dezembro de 1981.

PORTARIA Nº 348/81
I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de OPHIR FABELINO DE SOUZA, matrícula nº 483, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 15 de outubro de 1970 e 15 de abril de 1974, antecipado em razão da incorporação referente ao primeiro decênio e das férias de 1970, 1972 e 1973, contadas em dobro; e,
II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170 da referida Lei 6174, a partir de 16 de junho de 1978, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).
(Protoc. nº 3087).

PORTARIA Nº 349/81
designar LAERTE BEIRIGO, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como Motorista o Gabinete da 4ª Secretaria.
(Protoc. nº 2699).

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/04/81
(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
Diretor Geral